



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025.  
(Do Sr. Cobalchini)

**Dispõe sobre o envio bimestral de extratos físicos de benefícios previdenciários pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos beneficiários e dá outras providências.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) enviará, obrigatoriamente, por meio dos Correios, extrato físico contendo informações detalhadas dos valores pagos a título de aposentadoria, pensão, auxílio ou qualquer outro benefício previdenciário, a todos os seus beneficiários, com periodicidade bimestral.

**Art. 2º** O extrato físico de que trata o art. 1º conterá, no mínimo:

- I – identificação do beneficiário e do benefício;
- II – valores brutos e líquidos pagos no período;
- III – discriminação de todos os descontos efetuados, com a respectiva identificação do ente consignatário ou responsável;
- IV – saldo residual de empréstimos consignados, se houver;
- V – canal de atendimento para esclarecimentos e contestação de descontos.
- VI - informações sobre a data e o banco responsável pelo pagamento.

**Art. 3º** Caso o beneficiário não receba o extrato físico no prazo de até 15 (quinze) dias após o encerramento do bimestre, poderá atualizar seu endereço por meio dos canais eletrônicos oficiais do INSS, incluindo o portal *Meu INSS* e seu respectivo aplicativo para dispositivos móveis, sem prejuízo da atualização presencial nas agências da Previdência Social.

**Art. 4º** A atualização de endereço mencionada no art. 3º deverá ser simplificada e acessível, sendo vedada a exigência de documentos excessivos ou que impeçam o exercício do direito à informação.

**Art. 5º** O INSS deverá promover ampla campanha de conscientização acerca do direito ao extrato físico, bem como dos canais de atualização de endereço e contestação de descontos.





Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Cobalchini – MDB/SC

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do INSS, respeitados os limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Deputado Cobalchini**  
**MDB-SC**

### JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo garantir maior transparência, controle e acesso à informação aos beneficiários da Previdência Social por meio do envio bimestral, pelos Correios, de extratos físicos de seus benefícios e encontra precedente em modelo já adotado por instituições financeiras públicas, como a Caixa Econômica Federal, que remete extratos bimestrais impressos do FGTS aos trabalhadores vinculados ao regime.

Embora o Governo Federal tenha desenvolvido plataformas digitais como o portal *Meu INSS*, a realidade mostra que boa parte dos aposentados e pensionistas não acessa regularmente esses canais, seja por não possuir acesso à internet, por dificuldade em manusear o aplicativo, seja por limitações de alfabetização. Esse cenário torna-se ainda mais crítico quando se verifica a ocorrência de descontos indevidos nos benefícios sem o consentimento dos segurados.

Tal preocupação foi corroborada por fatos recentes de grande repercussão. Ao final do mês de abril de 2025, a Polícia Federal, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou operação que apurou irregularidades e fraudes envolvendo descontos indevidos em aposentadorias e pensões. A operação revelou um esquema de fraudes que motivou a troca de comando do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Ministério da Previdência Social.

Segundo informações oficiais, o cronograma de ressarcimento anunciado pelo governo federal estima a devolução de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões aos prejudicados, referentes ao período de 2019 a 2024, evidenciando a gravidade e a abrangência do problema.

Grande parte dos atingidos por tais irregularidades sequer teve ciência dos descontos sofridos, justamente por não acessarem com frequência – ou de forma alguma – o sistema digital do INSS. A ausência de meios físicos de comunicação contribuiu decisivamente para esse cenário. É sabido que muitos beneficiários são idosos, sem familiaridade com tecnologias digitais, sem acesso à internet ou mesmo analfabetos, o que dificulta sobremaneira a vigilância de seus próprios direitos.

**Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF**  
**Telefone: (61) 3215-5358 | dep.cobalchini@camara.leg.br**





Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Cobalchini – MDB/SC

Nesse contexto, a medida ora proposta busca prevenir novos prejuízos aos beneficiários e oferecer meios eficazes para o conhecimento das informações relativas ao pagamento de seus benefícios. O extrato físico enviado regularmente é o meio mais seguro, universal e acessível de consulta, especialmente para as populações mais vulneráveis, garantindo, assim, o pleno exercício do direito à informação e ao controle sobre os próprios recursos.

Com a aprovação desta Lei, o Estado brasileiro fortalece a proteção social de seus segurados, assegurando-lhes um direito elementar: o de saber, com clareza e sem barreiras tecnológicas, quanto recebem e o porquê de cada desconto.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares a aprovarem esta proposta, por sua relevância social, econômica e moral.

Sala das Sessões, em            de maio de 2025.

**Deputado Cobalchini**  
**MDB-SC**

Apresentação: 21/05/2025 20:21:05.250 - Mesa

PL n.2461/2025



**Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF**  
**Telefone: (61) 3215-5358 | [dep.cobalchini@camara.leg.br](mailto:dep.cobalchini@camara.leg.br)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250922991300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini

